

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica

Class.: Org. Ind. Lideranças

Data 01.05.87

Pg.: 1,8 46p

Incidente no encontro indígena



Carlos Dias*

A assembléia-geral de ontem foi tumultuada e acabou em veementes protestos

Índia dessana acusa a Funai, na Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, de estar criando um descontrole entre os silvícolas quando afirma que eles não existem em São Gabriel da Ca-

choeira. A reunião está sendo radicalizada por ativistas políticos que terminarão por afetar os possíveis bons resultados do trabalho. Uma consequência daquela atuação já ocorreu ontem, com a saída do plená-

rio, em sinal de protesto, de vários representantes brancos, enquanto Sônia Regina permanecia no local, atacando violentamente o Calha Norte (Página 8 do 3º Caderno).

Branco não entra na Assembléia Indígena

Texto: Mário Adolfo
Fotos: Carlos Dias

Branco não entra. Esta foi a decisão tomada pelos índios, no segundo dia da 2ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, que está sendo realizada em São Gabriel da Cachoeira e reúne mais de 300 lideranças da região.

"Pedimos a retirada dos estranhos, autoridades e não-índios, para que tivéssemos a liberdade de debater nossos problemas sem a presença do branco, que inibe e até coage o índio", explicou na abertura dos trabalhos, um dos coordenadores do encontro, Benedito Machado, índio Tukano da região de Pari-Cachoeira.

Um a um os brancos foram deixando o plenário armado no ginásio de esportes de São Gabriel. Só à imprensa foi permitido permanecer na assembleia. "O homem branco só pode vir quando for convidado. No momento oportuno ele será comunicado para voltar à plenária", comunicou Benedito. A assembleia prosseguiu com uma série de denúncias e protestos das comunidades representadas no encontro. Temos como o projeto Calha Norte, a mineração a atuação da Funai foram debatidos exaustivamente das 09:00 horas até ao meio-dia.

ENFRENTAR METRALHADORA

O tema em pauta para o segundo dia da assembleia indígena seria mineração, com a presença inclusive de representantes das empresas Goldamazon e Parapanama, mas, na última hora, os índios decidiram que deveriam ter uma conversa franca entre si, sem a interferência de autoridades e não-índios.

O primeiro índio a usar o microfone da plenária foi Benedito Machado, líder indígena de Pari-Cachoeira e um dos assessores da 5ª Superintendência da Funai. Para o índio tukano só existe uma realidade: o Calha Norte já está implantado e o mo-



Da mesa, foi proibido ao branco participar

mento agora é para ser prático e discutir com o governo os direitos indígenas.

— Nós vamos brigar com o governo, mas na hora que a gente tiver apanhado alguém vem nos socorrer? — Perguntou Benedito, numa referência à influência de "pessoas estranhas à causa indígena" que querem fomentar o confronto. Benedito é favorável ao projeto, mas quer discutir com o governo para dizer como o índio quer este Calha Norte.

— O que a gente não pode é ser suicida. Na hora em que o índio tiver que enfrentar as bombas e as metralhadoras do Exército, as pessoas que nos incentivam vão ficar em seus gabinetes de braços cruzados. Na hora

de enfrentar o governo, vamos ficar só nós e uma morte suicida.

Contrastando com que Benedito falou, o índio Miguel Fontes, também tukano, do rio Tiquié, fez severas críticas ao projeto, mas reconheceu que se ele tem que existir, a primeira coisa que deve ser feita é a demarcação de toda a área indígena. "Estando nossa terra demarcada, teremos segurança e poderemos ter o usufruto das riquezas que existirem nela", argumentou Miguel, que acredita não está pedindo terra de ninguém.

— Queremos que o governo reconheça que esta é a nossa terra. Não estamos pedindo terra de ninguém, esta é a nossa terra.

Segundo Miguel, o homem branco

tem uma dívida muito grande para com a comunidade indígena. Quem estuda história sabe de genocídio e do etnocídio que os índios da América do Sul estão sofrendo". E explica, logo em seguida, o significado de cada uma das palavras. "Genocídio é a morte com armas e outras formas, de nosso povo, e etnocídio é a morte da cultura desse povo".

O índio tukano está exigindo que seja assinada pelo governo uma minuta garantindo a demarcação das terras indígenas. Para ele, este documento será muito importante, para, mais tarde, reivindicar os direitos de suas reservas.

O índio José Augusto Fonseca, Taracua, também foi severo nas suas

críticas ao Calha Norte. Disse que no primeiro ano, o Exército lançou mãos de 50 km de fronteiras. Depois mais 100 km, fazendo um total de 150 km, que serão invadidos por material bélico. "Não estamos pretendendo ser contra a evolução. Estamos a favor do progresso, mas queremos antes a garantia de que serão demarcadas nossas terras". Diante disso ficará cada vez mais difícil a partir do momento em que forem transformadas em áreas de segurança nacional.

DIREITO DE GRITAR

A plenária da assembleia ganhou pliques de entusiasmo, quando o índio

Waldomiro Fernandes, de baixa estatura, com uma gravata colocada pelo avesso, mostrou o desenho de sua região, o Içana, que deveria ser demarcada e até hoje não o foi. Tremendo muito e trocando algumas palavras, pois não fala corretamente o português, o pequeno capitão inflamou seu discurso ao perguntar se seus irmãos sabiam porque que branco anda no meio dos índios.

— Não é para demarcar terra, é para mineração: Há 39 anos meu povo não consegue organizar terra. Por isso tenho direito de gritar!

A atuação das mineradoras na área do Alto Rio Negro também não foi poupada pelas lideranças indígenas. O índio Iauareté, Pedro Garcia, repetiu o artigo 22 da Lei 6001, que assegura ao índio, a posse permanente da terra e o usufruto das riquezas do subsolo.

— Mas aqui está sendo tudo ao contrário — protestou — E isso vai ter que acabar. Nós somos daqui e as empresas de mineração têm que ser feitas por nós.

Em seguida, o índio Iauareté colocou em dúvida o destino dado ao ouro tirado de sua região.

— O pior é que esse ouro não fica aqui no Brasil. Se ele ficasse, no país não existiria dívida externa. Mas esta dívida aumenta cada dia mais — disse arrancando aplausos da assembleia.

O discurso de Armino Pereira da Silva também não foi muito diferente. "Sendo o Brasil o país que mais deve? Para onde vai este ouro?" Armino é favorável à construção de um laboratório, pelo Governo Federal, onde todo o ouro que saísse da região seria obrigado a passar por ali. "Chega das mineradoras enganarem nossos irmãos com um pacote de bolachas".

O índio Aduval da Silva, Cacoé, disse que não quer mais ser tratado como macaco pelas mineradoras. "Nós temos direito ao garimpo e não somos macacos, somos índios. Quero que todos os tuxauas sejam homens para enfrentar os que o governo manda para cá".

Militar protesta contra o acordo

O representante do Conselho de Segurança Nacional, tenente coronel Roberto Luís Teixeira Costa, retirou-se ontem em sinal de protesto, da mesa da 2ª Assembléia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, que está sendo realizada em São Gabriel da Cachoeira e ontem, quinta-feira, entrou em seu terceiro dia.

O incidente aconteceu depois que foi quebrada a palavra de que branco não permaneceria no plenário e nem teria direito à voz no segundo dia da assembleia. O tenente do Exército, os representantes da FUNAI, igreja e outros segmentos, se retiraram da assembleia atendendo à solicitação indígena. Mas o acordo não foi cumprido, pois a advogada Sônia Regina de Brito, ativista ecológica carioca e convidada por algumas lideranças indígenas, permaneceu no plenário e, à tarde, ocupou a tribuna para atacar radicalmente o projeto Calha Norte.

O representante do Conselho de Segurança Nacional foi informado do ocorrido e considerou que os índios não cumpriram sua palavra, deixando-se manipular por pessoas estranhas à sua causa. Ontem pela manhã, na abertura dos trabalhos, o Ten. Cel. Teixeira deu uma rápida explicação e se retirou da mesa, causando um mal estar à assembleia. Depois, já nas arquibancadas do ginásio, desabafou: — Acredito que o índio é uma pessoa de palavra, e o branco também é! O oficial do Exército não atendeu aos pedidos do "Capitão" Henrique Castro, cacique Tukano de Pari-Cachoeira, que insistiu para que ele retornasse à mesa. "Desde 1948 eu já venho conhecendo esses políticos. Até hoje é o mesmo. Promessas, promessas, promessas. Tenho várias experiências de reuniões políticas, republicadas, estados. Por isso vamos aproveitar a oportunidade. Vamos chamar coronel Teixeira para mesa", disse o líder Tukano ao microfone.



O ten. cel. Roberto Teixeira ficou atento na arquibancada

MANIPULAÇÃO

O Ten. Cel. Teixeira ouviu atentamente os argumentos do velho cacique, depois agradeceu permanecendo no entanto na sua decisão de não retornar à mesa. "Eu agradeço mas me considero que sou uma pessoa de palavra e espero que você respeite isso, Henrique", respondeu o militar.

Sentado na arquibancada do ginásio onde se realiza a assembleia, o tenente considera que não está desviando os propósitos de sua presença no encontro. "Eu estou presente à reunião, só não estou na mesa. É uma questão formal. A minha função continua desempenhada, que é de prestar esclarecimentos e ouvir".

O oficial disse acreditar que está havendo manipulação na assembleia e es-

ta foi a causa de sua retirada. Perguntado se a sua atitude não comprometeria as relações entre indígenas e militares que conduzem o Calha Norte, respondeu que não, "porque a disposição é exatamente a mesma. O combinado quando eu vim para o Alto Rio Negro, foi exatamente esta posição de prestar esclarecimentos. E eu vou continuar prestando esclarecimentos... aos índios".

O Ten. Cel. Teixeira chamou a atenção para o processo de manipulação de grupos, dentro das lideranças indígenas. "Pode observar que existem índios, pelo seu avançado estágio de formação política e educacional, que não se deixam manipular. Agora existem outros, que por sua inocência estão se deixando levar".

Mulheres índias marcam presença

"Nós somos capazes de comandar o nosso futuro". A frase é da índia dessana Joaquina Sarmiento Santos, que na segunda reunião da plenária da Assembleia Geral dos Povos Indígenas, mereceu destaque pela segurança como discursou em defesa dos direitos de seu povo.

A dessana falou como presidente da Associação das mulheres do Rio Tiquié. E acusou a FUNAI de estar criando um descontrolo entre os índios, quando diz que em São Gabriel da Cachoeira não tem índios. "Pode ter até outra cara, mas desde que seja nativo daqui ele é índio. Por isso devemos nos unir e lutar por nossa nação rionegrina", conclamou Joaquina.

A presença da mulher indígena tem sido muito marcante na 2ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro. Elas têm ocupado muito o microfone do plenário para reivindicar seus direitos. Mas não vêem esses direitos de forma divisória, feminista, como a mulher branca. O que a mulher índia reivindica é para todo seu povo, sem discriminação de sexo.

COMANDAR DESTINO

Com uma bermuda e camisa de meia branca, marcada pela poeira das ruas de São Gabriel, Joaquina aumentou o tom de voz diversas vezes para frisar bem os pontos que considera errados na política indigenista da FUNAI, ou na invasão de suas terras pelas mineradoras.

— Nós fomos traídos pela FUNAI. Ontem (lembra a conferência do superintendente regional da FUNAI, Sebastião Amâncio) vocês viram que ele não nos defendia, mas sim defendia as empresas.

A dessana disse que os índios não precisam da ajuda das empresas que prometem inclusive mais educação. Disse ela que educação os índios já têm e, "se as empresas quiserem educar, que coloquem escolas lá fora, na capital onde existe mais analfabetismo que aqui. Nós somos capazes de comandar o nosso futuro", disse.

A índia voltou a colocar em dúvida a política indigenista praticada pela FUNAI, que, se é amiga, por que não defende índios e entrega logo o mapa de demarcação de suas terras?

— Na minha opinião, a FUNAI vem na frente só para abrir caminho para as mineradoras.

No fim de seu desabafo, Joaquina deixou claro que não tem "nada contra os governantes", mas o que ela quer para seu povo é o direito de comandar seu próprio destino. "O tempo de índio ignorante já passou, hoje sabemos mais que o branco".

UMA AULA EM TUKANO

A índia tukana Cecília Machado, que há 17 anos é professora primária do colégio salesiano de São Gabriel da Cachoeira, também tem feito intervenções importantíssimas na Assembleia dos Povos Indígenas. Na quarta-feira, pela manhã, preocupada com os índios mais idosos que só entendem o dialeto tukano e os debates estavam sendo em português, a professora ocupou por 20 minutos a tribuna para explicar, na língua tukano, os objetivos da Assembleia e as implicações do projeto Calha Norte.

O plenário silenciou enquanto Cecília dava uma verdadeira aula em tukano. No fim, ela fez um resumo em português para dizer o que tinha conversado com os velhos índios.

— Eu disse a eles que o momento é delicado, pois estamos entre duas coisas: a civilização e a educação branca e a civilização e educação índia.

Ela também explicou aos seus irmãos tukanos que o Calha Norte foi criado por um decreto do presidente Sarney em 1985 "para dar assistência às comunidades mais necessitadas sem definir quem quer que seja; e também resguardar as fronteiras do Brasil como Nação".

Mas Cecília também questionou os verdadeiros objetivos do projeto: — Agora eu pergunto, o Presidente criou esse projeto só para ajudar carentes e defender fronteiras? Ou foi para explorar minério do nosso subsolo? e ele estivesse presente, eu faria essa pergunta para ele. Será que só agora se precisa guardar as fronteiras? E antes, não precisava?

Para encerrar, a índia-professora voltou a alertar os mais de 300 indígenas presentes à Assembleia. "O momento é delicado e devemos estar atentos. Não existe nada por trás dessa fachada?".



A professora índia Cecília

Calha Norte é megalomaniaco

Apesar do acordo de que branco não poderia permanecer no plenário e nem teria direito à voz no segundo dia da Assembleia Geral dos Povos do Alto Rio Negro, a advogada Sônia Regina Brito Pereira, militante ecológica do Rio de Janeiro e convidada especial de algumas lideranças do Alto Rio Negro, usou da palavra para atacar o projeto Calha Norte, que ela considera "arbitrário e sigiloso, pois foi feito nos salões federais de Brasília".

De posse de uma cópia do relatório original do Projeto Calha Norte, "que foi conseguido com muita dificuldade", Sônia Regina denunciou os itens do projeto, "que em nenhum momento fala em demarcação de terras indígenas", disse. A xerox apresentada pela militante de 10 entidades ecológicas do Rio, está assinado pelo General Rubem Bayma Deny, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que responde pelo Calha Norte. O relatório é dirigido ao presidente Sarney e está assinado ainda pelo ministro Costa Couto e pelos ex-ministros João Sayad, do Planejamento, e Olavo Setúbal, das Relações Exteriores.

"TODO MUNDO BANCA"

Sônia Regina, que desde o início da 2ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro causou admiração em alguns e mal estar em outros, por suas posições, não poderia falar no segundo dia de trabalho, pois os índios queriam discutir a seus seus problemas, sem interferências de brancos. Por consentimento da própria mesa diretora dos trabalhos, a advogada acabou ocupando o microfone.

Sem poupar ataques à FUNAI e "ao que existe por trás do Calha Norte", Sônia Regina disse que o projeto tem um objetivo: aumentar a presença militar na re-



Quando as autoridades sentaram à mesa, foi para ouvir críticas

gião e "se a área for enquadrada como sendo de segurança nacional, acabou-se. Adeus à demarcação das terras indígenas".

Segundo a ativista ecológica do "Movimento Brasileiro em Defesa da Vida" e do "Forum de Entidades Ambientais Autônomas do Rio de Janeiro", o projeto Calha Norte teve em 86 uma despesa inicial de Cz\$ 86 milhões e poderá chegar a Cz\$ 628.292 milhões ("quando eles dizem um número, gastam bem mais). "E quem está pagando isso? É claro que é o dinheiro do povo brasileiro. Todo mundo está bancando, logo tem que ser discutido a nível nacional. Por que o Calha Norte não passou no Congresso Nacional?".

"PROJETO MEGALOMANIACO"

A advogada acusa que o Calha Norte não está preocupado com a questão ecológica e nem tampouco com o impacto que

vai causar na vida dos índios. O relatório apresentado, diz que "requer um tratamento sigiloso em virtude da alta sensibilidade política" (pág. 2). "No entanto, — continua o relatório — uma política indigenista deve ser intensificada". Neste ponto, Sônia Regina faz novas e duras críticas:

A FUNAI vai intensificar a sua atuação para facilitar a penetração militar.

O projeto vai ser desenvolvido, segundo a ecologista, sem que haja um plano diretor que observe causas ecológicas, recursos hídricos, demarcação de terras, discussão de recursos minerais e etc. "É um projeto megalomaniaco", desabafou.

Em resumo, a tese de Sônia Maria é de que se firme um acordo dando prioridade à demarcação das terras indígenas que sofram influência do Calha Norte. "As autoridades prometem desenvolvimento, mas desenvolvimento a que preço?".



A Melhor de Todas



A mulher branca também defende os direitos dos índios